

Intelectuais do livro: espaços de formação e autorreflexão do espaço editorial no Brasil e na Argentina¹

José de Souza MUNIZ JR.²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Brasil e Argentina são dois dos países latino-americanos onde a edição de livros se consolidou de maneira mais efetiva. Este trabalho comparativo se debruça sobre a formação recente, nos dois países, de espaços por meio dos quais a prática editorial busca converter-se em atividade intelectual/acadêmica. A análise se detém a três âmbitos de produção de conhecimento: (1) as ofertas de formação de profissionais para o setor; (2) as coleções de livros sobre livros; e (3) os encontros acadêmicos dedicados ao tema. As conclusões parciais indicam que as semelhanças e diferenças entre os dois casos devem ser remetidas a problemas de ordem tanto empírica (sobre a formação dos respectivos campos intelectuais) como metodológica (em especial o ajuste das escalas de análise).

Palavras-chave: editoração; livros; formação de editores; produção intelectual.

Introdução

Não é muito difícil notar que a evolução dos espaços editoriais latino-americanos tem ocorrido de maneira bastante desigual. Em muitos países a cadeia do livro é incipiente, com predomínio da importação em detrimento da produção própria e forte dependência de outros centros publicadores. Em contrapartida, em países como Brasil, Argentina e México (e, em menor escala, Chile e Colômbia), o setor encontra-se mais desenvolvido: o número de editoras e livrarias é maior – embora o consumo *per capita* de livros deixe a desejar – e os agentes do mundo editorial situam-se num grau mais avançado de organização. Para Sorá (2002, p. 126, trad. minha), os melhores indicadores do desenvolvimento do campo editorial nos três países

[...] são os intercâmbios diretos (de produtos, traduções, pessoas, projetos etc.) que articularam os mercados editoriais e os espaços intelectuais desses países entre os anos 1930 e 1950, período em que se consolidou a autonomia e institucionalização dos diversos ofícios segmentados da produção, circulação e uso dos livros. O estudo desses (e outros) aspectos das práticas editoriais permite descobrir os contornos de um poderoso mecanismo ordenador das formas de diversidade cultural e as alternativas de alteridade organizadas pelo mundo do livro.

Embora superada em população por México e Colômbia, a Argentina ocupa, atrás do Brasil, a vice-liderança em número de títulos (novidades e reedições) produzidos entre 2005 e 2009, e em número de pontos de venda das livrarias. Além disso, Brasil e Argentina

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio na Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina. Bolsista da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Mestre em Ciências da Comunicação e graduado em Comunicação Social–Editoração pela USP. E-mail: jose.muniz@usp.br.

possuem maior número de editoras industriais e de empresas afiliadas às suas respectivas câmaras do livro, comparados com outros países da região (CERLALC, 2010). Em ambos os países, a quantidade e o grau de diferenciação das entidades civis (câmaras de comércio, sindicatos e associações de editores e trabalhadores), instituições (órgãos ministeriais e interministeriais, autarquias, coletivos) e eventos (feiras do livro, premiações) voltados à produção e à circulação de livros aponta para a existência de espaços editoriais com algum grau de consolidação, narrados por si e atuantes nas disputas que a ele dizem respeito.

É importante notar também que o Brasil é de longe o principal centro editorial de língua portuguesa. Já a Argentina, embora seja hoje suplantada quantitativamente pela Espanha, foi entre os anos 1930 e 1950 o principal centro editorial do mundo hispânico³. Isso dá aos dois países posições de destaque (ainda que parcialmente residuais) no ambiente intelectual latino-americano e em seus respectivos mercados linguísticos. Índice direto desse destaque é o interesse recente que a produção editorial dos dois países vem recebendo em grandes feiras internacionais do livro (Frankfurt, Guadalajara, Paris, Bolonha). O convite reiterado à participação como “países convidados de honra” sugere que Brasil e Argentina, ainda que não tenham o protagonismo dos mercados centrais de língua inglesa e francesa, foram já capazes de construir para si uma história de trunfos econômicos e simbólicos, ocupando, assim, posições de relevo na periferia do sistema editorial mundial.

Para além desses dados de produção editorial e de desenvolvimento institucional do setor em cada país, interessa-nos compreender como os respectivos espaços editoriais nacionais pensam a si mesmos e vão construindo um discurso sobre sua própria existência – dito de outro modo, de que maneira eles vão adquirindo reflexividade⁴. Uma possibilidade, dentre outras possíveis, é olhar para as iniciativas sistemáticas, reiteradas, cumulativas de conversão da vida editorial em atividade intelectual. Um objeto privilegiado, nesse sentido, é a vida acadêmica, aquela que se desenvolve na universidade e em espaços dela derivados ou diretamente tributários. A seguir, analiso três vertentes por meio das quais essa atividade

³ De Diego (2006) refere-se ao período de 1938 a 1955 como a “época de ouro” da indústria editorial argentina. A Guerra Civil Espanhola, ao debilitar a indústria editorial local, abriu possibilidades para o florescimento da atividade em países como Argentina, México e Chile. Dos exilados espanhóis que vieram para a Argentina nesse período, destacam-se importantes editores. Para Soares (2007, p. 397-8), mais do que o incremento quantitativo na produção local, os editores do exílio contribuíram para uma mudança qualitativa na edição argentina, na medida em que propiciaram novas formas de circulação das ideias na América Espanhola, o diálogo direto entre escritores e editores na região (antes mediado pelos agentes europeus), e a transferência de práticas, conceitos e sensibilidades.

⁴ Para Bourdieu (1996, p. 121), a reflexividade “é uma das manifestações maiores da autonomia de um campo”. Deixa-se entrever, por exemplo, na referência à história interna daquele domínio da vida social e no estabelecimento explícito de filiações e antagonismos nas tomadas de posição dos agentes. Ao analista de um dado domínio da produção simbólica caberia, portanto, “tentar construir metodicamente o espaço dos pontos de vista possíveis” (p. 220). O conceito de campo serve, então, como “*instrumento de ruptura* com todas as visões parciais [...] que oferece a possibilidade real de assumir um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos de vista” (p. 235, grifo do autor).

se concretiza, contrastando experiências brasileiras e argentinas: as ofertas acadêmicas de formação profissional para o setor editorial; as coleções de livros sobre livros; e os eventos científicos dedicados ao tema.

Espaços de formação

“A Câmara do Livro interpela a mais importante universidade do país para que ofereça um curso de formação de profissionais para o mercado editorial.” Uma sentença como esta poderia servir de discurso fundacional tanto para o curso de Editoração da Universidade de São Paulo (USP) como para o curso de Edición da Universidad de Buenos Aires (UBA). Junto ao curso de Produção Editorial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estes foram os primeiros e mais significativos experimentos de formação de jovens trabalhadores para as editoras das três capitais editoriais, que até então contavam apenas com os egressos de outros tipos de formação.

Em que pese o atraso argentino de duas décadas com relação aos casos brasileiros, foram essas as primeiras ofertas de ensino universitário para formar trabalhadores qualificados para as editoras em âmbito latino-americano. No início da década de 1970 – portanto, na fase que Emanuel Araújo (1986, p. 29) denomina terceiro período da editoração brasileira, cuja marca característica seria a crescente profissionalização⁵ –, Rio de Janeiro e São Paulo irão sediar essas primeiras iniciativas: de um lado, o curso de Produção Editorial da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ); de outro, o curso homônimo na paulistana Anhembi Morumbi e o de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)⁶. O curso de Edición da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA) só surgiria em 1992⁷, inspirado em grande parte pela experiência uspiana.

Embora tenham surgido com bases parecidas, há duas diferenças notáveis relativas ao contexto e à ancoragem institucional. Isso porque os três casos brasileiros nascem como cursos de comunicação, na voga de criação de ofertas para formar profissionais para a crescente indústria cultural brasileira no início dos anos 1970, num momento em que as políticas nacionais de cultura e de educação adquirem um caráter de “modernização

⁵ Para o autor, o primeiro período começa em 1808, com a instalação da Imprensa Régia portuguesa, e se estende até a primeira metade do século XX; caracteriza-se pelo amadorismo e pela dependência com relação à produção editorial europeia. O segundo período, cujo ícone é Monteiro Lobato, começaria com a Primeira Guerra Mundial e se caracterizaria pela “substituição das importações” e por ousados empreendimentos editoriais, como as diversas brasileiras.

⁶ Deixaremos temporariamente de fora da análise o caso da Universidade Anhembi Morumbi por se tratar, nesse conjunto, do único caso de universidade privada, o que lhe dá configurações específicas.

⁷ Na transição, portanto, entre os períodos que De Diego (2006) classifica como de crise (durante a ditadura e a redemocratização) e de concentração/polarização da indústria editorial argentina (década menemista).

conservadora”, com teor nacionalizante, para responder ao desenvolvimento urbano-industrial do país e ao crescimento da cultura de massa (CALABRE, 2009, p. 45-92). O curso portenho, em contrapartida, não traz essa marca e acaba por sediar-se numa faculdade de filosofia e letras no início da década de 1990, momento em que a indústria editorial argentina sofre uma pressão dos conglomerados transnacionais por profissionalizar-se. Outra diferença é que no Brasil tais ofertas são de graduação tradicional, com duração mínima de quatro anos, enquanto na Argentina ela surge como *tecnicatura*, com duração menor que a de um curso de graduação propriamente dito.

No caso da UBA, o foco no aprendizado das rotinas, práticas e processos da edição de livros está inscrito nessa configuração do curso como *tecnicatura* – ou seja, como oferta profissionalizante. Nos casos brasileiros, tal característica se afirmará a contrapelo da formação teórica que as faculdades brasileiras de Comunicação Social buscavam ou ainda buscam oferecer por meio do “ciclo básico”, período inicial em que os alunos de todas as habilitações de Comunicação Social compartilham espaços de formação para inserir-se nas discussões filosóficas, sociológicas linguísticas etc. pertinentes aos fenômenos midiáticos.

Embora o curso portenho não esteja sediado numa faculdade de comunicação, a “formação prática” reivindicada por essas propostas pedagógicas parece estar mais ajustada ao contexto da UBA, onde a organização da carreira docente pressupõe, além dos titulares de cátedra (que não necessariamente são pesquisadores nem obtiveram mestrado e/ou doutorado), os chamados *asistentes e jefes de trabajos prácticos*, professores e monitores ainda em formação e/ou com experiência no mercado profissional. Nos casos da USP e da UFRJ, onde a carreira docente tem vínculo mais expresso com a carreira de pesquisador e está geralmente atrelada à obtenção do grau mínimo de mestre ou doutor, os modos de contemplar uma “formação para o mercado” são fundamentalmente três, aqui elencados em ordem decrescente de formalização no sistema universitário: a contratação de professores que, além de (ou *apesar de*) possuírem mestrado ou doutorado, tenham experiência no mercado; a contratação de professores temporários (“convidados” e “conferencistas”) provindos da prática editorial, sem necessariamente haverem passado pela pós-graduação; e a criação de instâncias de diálogo com o mercado, muitas vezes por iniciativa do corpo docente, tais como os eventos Editor em Ação, da UFRJ, e Fórum de Editoração, da USP (este realizado anualmente, de forma ininterrupta, desde 2005).

Ao contrário do que ocorre na Argentina, onde o curso de Edición da UBA segue sem similares, no Brasil tal tipo de oferta se multiplicou, se descentralizou e se diversificou

significativamente. Hoje há ofertas semelhantes (como habilitação de Comunicação Social) em São Paulo, Belo Horizonte e na gaúcha Santa Maria. Considerem-se, igualmente, os cursos de Letras que ofereceram ou oferecem concentração em edição, como os da paulistana Mackenzie e os das belo-horizontinas UFMG e CEFET-MG (neste último caso, um curso criado especificamente com este foco). Aqui, a diferença entre Brasil e Argentina está claramente relacionada à distribuição espacial da produção editorial nos dois países: enquanto na Argentina a vida do setor se mantém bastante concentrada na capital, Buenos Aires⁸, no Brasil o relativo protagonismo das cenas editoriais locais (tais como as de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul⁹), para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, de algum modo permitiu a multiplicação e a descentralização das ofertas.

É necessário destacar que nenhum dos três projetos formativos em destaque (USP, UFRJ, UBA) logrou tornar-se centro hegemônico de pesquisa sobre o mundo do livro em seus países. Talvez pelo compromisso, assumido fortemente nos três casos a partir dos anos 1990, de fornecer trabalhadores ao mercado de trabalho, ajudando a profissionalizar o setor editorial, o âmbito da pesquisa tenha quase sempre ficado em segundo plano. Essa ênfase percebe-se claramente no recrutamento do corpo docente nesse período: os professores são, via de regra, profissionais do mundo editorial que iniciam carreira na universidade às vezes antes mesmo de cumprir o trajeto esperado na pós-graduação (mestrado e doutorado). Disso decorre que a gama dos autores que constituem as bibliografias mínimas sobre edição em ambos os países raramente sejam os docentes desses cursos¹⁰. Ainda que tais universidades tenham se constituído como *loci* de formação de especialistas em mercado editorial, história do livro e assuntos correlatos, é comum que tal formação se dê em outras disciplinas (sociologia, história, letras, economia, antropologia, educação etc.). É nessas áreas (onde a tradição de pesquisa é mais consolidada) e nos programas de pós-graduação em comunicação (onde a pesquisa torna-se uma prerrogativa) que irá se estabelecer a maioria dos pesquisadores da edição, do livro e da leitura.

⁸ A hegemonia portenha vem de longa data: em 1936, dos 823 títulos registrados, 746 (90,6%) vinham da cidade de Buenos Aires; em 1937, quando se registraram 817 obras, 726 (88,8%) vinham de editoras portenhas. As cidades de Santa Fé, Rosário, Córdoba e La Plata, que apresentaram nesses anos os maiores números depois da capital, somaram juntas menos de uma centena de registros em ambas as medições (cf. GARCÍA, 2000, p. 36-7). Entre 1936 e 1984, a proporção de títulos publicados em Buenos Aires variou entre 80,8% e 95,9% (p. 94-5). Na atualidade, ainda que siga sendo o grande central editorial do país, essa diferença vem diminuindo: em 2010 vieram da capital argentina 49% dos títulos e 75% dos exemplares produzidos no país. Ainda assim, o número de instituições que editaram mais de 10 títulos na cidade era de 215, contra 212 em todo o restante do país (cf. GOBIERNO..., 2010).

⁹ Propostas semelhantes de formação ocorreram em estados com menor tradição editorial, tais como Bahia e Amazonas, mas foram descontinuadas após alguns anos de funcionamento.

¹⁰ Exceção seja feita ao historiador argentino Leandro de Sagastizábal, professor do curso de Edición da UBA, editor profissional e autor de *La edición de libros en la Argentina: una empresa de cultura* (Buenos Aires: Eudeba, 1995) e *Diseñar una nación: un estudio sobre la edición en la Argentina del siglo XIX* (Buenos Aires: Norma, 2002), dois títulos importantes do conjunto de “histórias do livro” na Argentina.

Cumprir notar, por fim, que cursos como os da UBA, da USP e da UFRJ raramente puderam formar editores no sentido estrito – *publishers* ou responsáveis por delinear linhas editoriais. O que, sim, lograram foi diversificar a formação de profissionais (coordenadores, editores assistentes, preparadores, copidesques, revisores, editores de arte, designers etc.). Por isso, ainda que estejam bastante atadas ao compromisso profissionalizante, tais ofertas indiretamente funcionaram como polos de demanda de conhecimento especializado. Atuam, assim, como condicionantes positivos da formação de “bibliotecas” especializadas nos temas pertinentes ao mundo da edição e do livro. Esse desenvolvimento se dá em duas instâncias: o das bibliotecas propriamente ditas das instituições de ensino, que precisam dar conta de uma bibliografia mínima para os cursos oferecidos; e o das “bibliotecas” (séries e coleções) que vão se formando pela iniciativa de professores, editores e professores-editores, com vistas a complementar as bibliografias já existentes, suprimindo suas ausências e dando novos direcionamentos aos intentos autorreflexivos do campo.

Livros sobre livros

É justamente a ênfase na formação de editores profissionais que, no caso uspiano, vai tornar possível a formação de um primeiro catálogo estável sobre edição, livro e leitura. Afinal, é exatamente numa disciplina de prática profissional – a Com-Arte, que surge na década de 1970 como produtora de apostilas e anos depois se torna a editora-laboratório oficial do curso – que se começa a formar uma espécie de bibliografia básica da área, com autores nacionais. A partir da segunda metade da década de 1980, a editora começa a publicar, ora sozinha, ora em coedição com a Edusp: livros organizados sobre o tema, em geral resultantes de eventos promovidos na própria universidade¹¹; monografias de pesquisa sobre o mercado editorial brasileiro¹²; e os depoimentos da série Editando o Editor¹³, projeto de história oral concebido pela professora Jerusa Pires Ferreira.

Paralelamente, pela iniciativa de um dos professores coordenadores da Com-Arte, Plínio Martins Filho, vão se formando outras “bibliotecas de editoração” na Edusp e na Ateliê Editorial, casas editoriais em que o ex-funcionário da Perspectiva passa a atuar na

¹¹ *Editoração: mercado de trabalho e regulamentação da profissão* (1986), *Políticas editoriais e hábitos de leitura* (1987) e *Livros, editoras e projetos* (1997), organizados respectivamente pelos professores Silvia Lustig, José Carlos Rocha e Jerusa Pires Ferreira.

¹² *Mercado editorial brasileiro* (1996), de Sandra Reimão; *Em busca de um tempo perdido* (1999), de Sonia Maria de Amorim; *Editoras universitárias no Brasil* (2001), de Leilah Santiago Bufrem; *A tipografia em São Paulo* (2008), de Cybelle de Ipanema; *Brasilianas* (2010), de Gustavo Sorá; *Tipógrafos e editores* (2010), de Caroline Rozendo; *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras* (2010), de José de Paula Ramos Jr.; e *Repensando o negócio do livro* (2011), de Hélio Puglia Fernandes e Marilson Alves Gonçalves.

¹³ Até o momento foram publicados sete livretos de depoimentos: *Jacó Guinsburg* (1989), *Flávio Aderaldo* (1991), *Ênio Silveira* (1992), *Arlindo Pinto de Souza* (1995), *Jorge Zahar* (2001), *Claudio Giordano* (2003) e *Samuel Leon* (2010).

década de 1990 na qualidade de diretor-presidente e proprietário, respectivamente. No caso da Edusp, além das obras coeditadas com a Com-Arte, destacam-se as obras com viés histórico¹⁴. Já na Ateliê, além de alguns títulos de história editorial, há obras relacionadas ao design e à bibliofilia¹⁵. Pelo papel desempenhado como editor dedicado aos temas da edição e do livro, bem como por seu trabalho à frente do curso de Editoração da USP, Martins ocupa um papel central na consolidação desses estudos no Brasil. Embora não tenha atuação regular como pesquisador¹⁶, a orientação de seus catálogos ajudou a conectar a crescente produção acadêmica sobre livros e edição aos públicos interessados no tema – dentre os quais, o corpo discente dos cursos de Editoração e Produção Editorial.

Tal ênfase só encontra paralelo na Editora da Unesp, também sediada em São Paulo, cujo diretor-presidente é o professor de filosofia José Castilho Marques Neto¹⁷. Tal como a Edusp, a Editora da Unesp contribuirá fortemente para a difusão da historiografia francesa do livro e da leitura¹⁸, que se tornou central nesse campo de estudos no Brasil, bem como autores de outras tradições¹⁹. Quando confrontados, os catálogos desenhados por Marques Neto e por Martins Filho denotam distintos direcionamentos: enquanto na Editora da Unesp prevalecem as obras de caráter mais propriamente acadêmico ou científico, em particular os últimos desenvolvimentos historiográficos e sociológicos sobre livro e leitura, nas coleções geridas pelo professor da USP essa ênfase disputa espaço com obras de caráter testemunhal, ensaístico ou bibliofílico. O investimento menos objetivista/cientificista de Martins Filho encontra-se sintetizado na revista *LIVRO*, de existência recente, que abre espaço para contribuições extra-acadêmicas e cujo objetivo maior “reside na *valorização* do suporte impresso diante das mudanças a que temos assistido no campo da produção editorial”²⁰.

¹⁴ Destaca-se a história editorial do britânico Lawrence Hallowell, *O livro no Brasil* (1985, em coedição com a T.A. Queiroz Editor), que sob a gestão de Martins Filho ganha em 2005 uma edição revista e ampliada, além de uma versão *pocket*. Também se podem mencionar: *A revolução impressa* (1996), volume organizado por Robert Darnton e Daniel Roche; *O dinheiro e as letras* (2010), de Jean-Yves Mollier; e *O império dos livros* (2011), de Marisa Midore Deaecto.

¹⁵ A editora conta atualmente com mais de 20 títulos na linha geral de “Design e livros sobre livros”. Para detalhes, ver <http://www.atelie.com.br/livros/design-livros-sobre-livros/> (acesso em 2 dez. 2013).

¹⁶ Sua dissertação de mestrado (*Edusp: de Coeditora a editora – Um projeto editorial*, concluída em 1987) e sua tese de doutorado (*Manual de Editoração da Edusp*, defendida em 2006) são trabalhos de reflexão sobre sua própria atuação à frente da Edusp. Caracterizam-se, sobretudo, pelo registro de resultados da práxis profissional, e não como trabalhos nos moldes atuais da pesquisa científica.

¹⁷ Além de suas funções na universidade e na editora, Castilho Neto atuou como secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e é o atual presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU).

¹⁸ Publica, por exemplo, quatro títulos de Roger Chartier (que antes já havia aparecido no catálogo da editora UnB, com *A ordem dos livros*): *A aventura do livro* (1998); *Os desafios da escrita* (1992); *Leituras e leitores da França no Antigo Regime* (2004); e *Inscrever e apagar* (2007). Mencionem-se também o clássico *O aparecimento do livro* (1992), de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, e *O amor às bibliotecas* (2011), de Jean Marie Goulemot.

¹⁹ Dentre os casos nacionais, destaca-se *Impresso no Brasil* (2011), organizado por Aníbal Bragança e Márcia Abreu, coeditado com a Biblioteca Nacional. No caso dos estrangeiros, pode-se mencionar *Mercadores da cultura* (2013), do sociólogo inglês John B. Thompson.

²⁰ Extraído de: <<http://www.atelie.com.br/livro/livro-revista-nele>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

De maneira pontual, outra editora vai contribuir com a importação de correntes historiográficas do livro: a Companhia das Letras, que publicou quase toda a obra do historiador britânico Robert Darnton²¹. Figura, assim, como linha de força complementar e concorrencial à da Editora da Unesp, principal publicadora de Roger Chartier no Brasil. Outras obras isoladas sobre edição, livro e leitura vão surgir em outras editoras brasileiras, mas sem a sistematicidade das iniciativas supramencionadas.

Na Argentina, ainda que se comece a formar uma bibliografia de estudos do livro e da leitura, não existem coleções ou propostas similares às que se formaram no Brasil. A contribuição mais relevante, praticamente isolada, será a coleção “Libros sobre libros”, do Fondo de Cultura Económica. Foi nessa coleção que, dentre outras coisas, publicou-se *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000* (2006), obra de referência organizada pelo professor José Luis de Diego²². Ao lado de outras obras como esta, de viés histórico ou reflexivo²³, figuram títulos de caráter instrumental, voltados aos negócios ou ao aperfeiçoamento profissional²⁴. A conformação do espaço editorial argentino se vê atada, aqui, a um circuito transnacional: a coleção supracitada é conduzida por Tomás Granados Salinas desde a matriz mexicana do FCE – que, não obstante, visa claramente a uma circulação em âmbito latino-americano.

A ausência de coleções sobre o mundo do livro na Argentina contrasta com o expressivo desenvolvimento dessa ênfase tanto no Brasil, como se marcou acima, como na Espanha, com a qual o país austral chegou a disputar a hegemonia do mercado editorial em língua espanhola. No país peninsular, é digno de nota o catálogo da Ediciones Trea²⁵, que enfatiza a história editorial espanhola, com menor repercussão para o âmbito latino-americano, mas também alguns manuais e estudos de caráter mais geral.

²¹ *Boemia literária e revolução* (1987); *O beijo de Lamourette* (1990); *Edição e sedição* (1992); *O iluminismo como negócio* (1996); *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária* (1998); *A questão dos livros* (2010).

²² O livro organizado por De Diego segue a trilha aberta por Domingo Buonocore, com *Libreros, editores e impresores de Buenos Aires* (1974), e continuada por Leandro de Sagastizábal (autor de *La edición de libros en Argentina*, publicado em 1995, e de *Diseñar una nación*, de 2002), qual seja, a busca de uma história geral do livro na Argentina. Contudo, pelo alcance que obtiveram, tais contribuições não são comparáveis ao êxito da obra de Hallewell, *O livro no Brasil*, lançada em 1985. O historiador britânico logrou não só documentar a história editorial brasileira, como ajudou a abrir caminhos para uma área que, hoje, conta com certo desenvolvimento acadêmico e institucional. Além disso, tais projetos não se inscrevem em coleções temáticas, tal como vem ocorrendo no Brasil com boa parte dos estudos de história editorial.

²³ *La aparición del libro* (2005), de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin; *El negocio de la Ilustración* (2006), de Robert Darnton; *Libros en llamas* (2007), de Lucien X. Polastron; *La imprenta como agente de cambio* (2010), de Elizabeth Eisenstein; e *Una historia de la Feria de Frankfurt* (2011), de Peter Weidhass.

²⁴ Por exemplo: *Editar para ganar* (2003), de Thomas Woll; *Marketing editorial: la guía* (2003), de David Cole; *La librería como negocio* (2004), de Giorgio Brunetti et al.; *El arte de vender libros* (2004), de Herbert Paulerberg; *Derecho de autor para autores* (2004), de José Luis Caballero Leal; *Cómo seleccionar títulos rentables* (2004), de Leonard Shatzkin; *Gestión de proyectos editoriales* (2005), de Gill Davies; *Manual de edición literaria y no literaria* (2005), de Leslie T. Sharpe e Irene Gunther.

²⁵ O catálogo de “Cultura escrita y bibliología” conta atualmente com 56 títulos, além da revista *Cultura Escrita & Sociedad: Revista internacional de Historia social de la Cultura Escrita*. Disponível em: <<http://www.trea.es/listado.php?idCat=00000062#/page=0>>. Acesso em 20 jul. 2014.

Apesar dessas diferenças, percebe-se que tanto no Brasil como na Argentina a gama de autores nacionais da área vem, sobretudo, de outros espaços que não os cursos de formação de editores. Outra semelhança notável é o papel dos recursos públicos na criação dessas bibliografias. No Brasil, serão fundamentais os recursos destinados às editoras da USP e da UNESP e à FAPESP, financiadora de muitas dessas obras, como autarquias do governo estadual de São Paulo. No caso hispano-americano, destaca-se o FCE, que, embora seja um organismo autônomo e funcione nos moldes de uma empresa privada, seria impensável sem os aportes do governo nacional mexicano. Em todo caso, a diferença do FCE com relação às outras iniciativas – uma posição menos vinculada aos espaços universitários – parece ter condicionado a formação de um catálogo menos acadêmico ou diletante e mais instrumental. Todavia, essa diferença pode estar relacionada à tradição do FCE de publicar obras na área de gestão e economia, bem como a uma maior aproximação mexicana com a bibliografia de *management* editorial e livreiro de origem norte-americana – no Brasil e na Argentina, esse tipo de bibliografia está quase ausente.

Eventos científicos

À medida que os estudos temáticos se adensam e seus artífices passam a cobrar reconhecimento da universidade e das sociedades científicas, cresce a demanda por espaços que permitam dar vazão a essa produção. Se é assim com as coleções de livros sobre livros, é também o que acontece com os eventos acadêmicos que vão surgindo, crescendo e se tornando regulares, em qualquer disciplina científica.

Na Argentina, a publicação de artigos sobre o mundo do livro tem permanecido em caráter não sistemático, em revistas e anais de eventos – sobretudo em disciplinas como História, Letras, Sociologia e Antropologia. Raras vezes institui nichos próprios dentro dessas disciplinas, uma vez que os trabalhos comumente se vinculam a linhas temáticas de história das ideias e história intelectual, teoria e história da literatura, sociologia da cultura, história da educação etc.

Já no Brasil, em que pesem as expressivas contribuições dessas áreas disciplinares, a Comunicação se soma e passa a cobrar para si o papel de articular institucionalmente, desde uma perspectiva inter ou transdisciplinar, a formação e a pesquisa em produção editorial. O primeiro passo nesse sentido, como mencionado anteriormente, foi a criação dos cursos de graduação em Editoração ou Produção Editorial, desde o início da década de 1970. Bem

mais tarde, em 1994, surge o Núcleo de Pesquisa em Produção Editorial²⁶ no seio da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Este espaço se torna, gradativamente, um polo para onde convergem os pesquisadores do tema, que aí dividem espaço com aqueles que investigam outras modalidades de produção simbólica. Pela quantidade e diversidade de trabalhos que reúne, o evento tornou-se uma instância central de divulgação e articulação para os pesquisadores dedicados aos temas de edição, livro e leitura em nível nacional. A vinculação a uma sociedade científica já estabelecida permitiu manter a regularidade e a ritualidade dos encontros – o que não ocorreu com outros eventos realizados sobre o tema, tanto no Brasil como na Argentina.

No país vizinho, apenas recentemente se produziu um encontro com essa proposta: o Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición, realizado em 2012 na cidade de La Plata²⁷, que ainda não adquiriu continuidade. Participaram cerca de 60 pesquisadores (sendo 11 deles estrangeiros), que compareceram por meio de convite dos organizadores. As características do conjunto dos pesquisadores argentinos presentes a esse colóquio contrasta com as características dos pesquisadores brasileiros que comparecem aos encontros do NP Produção Editorial, onde a seleção por chamada aberta parece ter levado a uma maior diversidade regional e institucional, ainda que os estados de São Paulo e Rio Janeiro concentrem a maior parte dos trabalhos, seguidos por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia²⁸.

Apesar de que a Comunicação seja a disciplina acadêmica que tenha tomado as rédeas do processo de consolidação dessa área de estudos no Brasil, o universo da pesquisa sobre o mundo do livro segue sendo bastante interdisciplinar, tanto aqui como na Argentina. Pesquisadores de Letras, Antropologia, Educação, Sociologia, dentre outras áreas, comparecem a esses eventos e também a eventos de suas respectivas disciplinas, com contribuições aos estudos sobre edição, livro e leitura. Em ambos os países, destaca-se nesse conjunto o contingente dos historiadores, o que pode estar relacionado à expressiva acolhida que o tema dos livros e da edição obteve nessa disciplina, se comparada às outras²⁹. Isso explica que outros eventos pontuais – tais como as duas edições do Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, em 2004 e 2009, e o I Congresso Latino-Americano da

²⁶ Entre 1994 e 2000, chamou-se GT Produção Editorial, Livro e Leitura, tendo adquirido a atual denominação em 2001.

²⁷ Ver <<http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

²⁸ Cf. BRAGANÇA (2010), levantamento que abarca o período entre 1994 e 2009.

²⁹ Para esclarecer esse vínculo, seria necessário recorrer à recepção de autores como Lucien Fébre, Roger Chartier, Robert Darnton em âmbito latino-americano, tanto antes como depois de suas respectivas publicações em português e em espanhol. Também é possível destacar, nesse sentido, as relações que historiadores franceses como o próprio Roger Chartier e Jean-Yves Mollier têm mantido com os pesquisadores latino-americanos de história do livro e da edição.

Sharp (Society for the History of Authorship, Reading and Publishing), em 2013 – possuem clara vinculação com a História, embora tenham caráter fortemente interdisciplinar, com a participação de pesquisadores de outras áreas.

Tal como acontece com as coleções de livros sobre livros, o conjunto de pesquisadores presentes aos eventos acadêmicos da área tem pouca correspondência com o conjunto de docentes dos cursos superiores de Editoração e Produção Editorial. Isso se deve não somente ao teor profissionalizante de tais ofertas, como foi dito anteriormente, mas também ao reduzido número de ofertas desse tipo (e, logo, ao reduzido tamanho do corpo docente) e à dedicação de tais docentes a outras áreas temáticas dentro de suas respectivas instituições e disciplinas de origem.

Considerações finais

Segundo Bourdieu (1996, p. 336), “a evolução dos diferentes campos de produção cultural para uma maior autonomia acompanha-se [...] de uma espécie de volta reflexiva e crítica dos produtores sobre sua própria produção, que os leva a extrair-lhe o princípio próprio e os pressupostos específicos”. As ofertas de formação de editores, as coleções de livros sobre livros e os eventos acadêmicos sobre livro, edição e leitura, explorados acima, são alguns dos indícios objetivos por meio dos quais é possível mostrar de que modo os espaços editoriais brasileiro e argentino vão adquirindo uma *discursividade* específica. Se, por um lado, a edição de livros pode ser tomada como lugar de amplificação e legitimação das vozes de diferentes espaços sociais, nesse entrecruzamento ela acaba por forjar uma “voz própria”, uma identidade *para além* daqueles campos de onde provêm autores e obras (literatura, religião, filosofia, ciências, educação etc.) e daqueles campos que buscam impor seus próprios critérios para a atividade editorial por meio de seus grupos de interesse (econômicos, políticos, religiosos etc.).

Ainda que esteja bastante longe de configurar propriamente uma disciplina científica, a Editoração passa por um forte processo de institucionalização no Brasil nos anos 1990. Os indícios mais fortes são o surgimento das coleções sobre livro, leitura e edição (para não falar das obras “avulsas”) e a criação do Núcleo de Pesquisa Produção Editorial da Intercom. Na Argentina, as iniciativas semelhantes carecem ainda de regularidade e sistematicidade. Sintetiza Alejandro Blanco (2006, p. 51, trad. minha):

Uma disciplina se institucionaliza [...] quando pode ser estudada como um tema maior, mais que como matéria adjunta; quando é ensinada por professores especializados no tema e não por professores que fazem disso uma tarefa subsidiária de sua profissão principal; quando existem oportunidades para a

publicação em revistas especializadas, em vez de revistas consagradas a outros temas; quando existe financiamento e provisão logística e administrativa para a pesquisa [...] através de instituições estabelecidas, no lugar de que esses recursos venham do próprio pesquisador; e quando existem oportunidades estabelecidas e remuneradas para sua prática, assim como uma ‘demanda’ relativa aos resultados da pesquisa. A aparição de sociedades científicas é, igualmente, outro elemento que subjaz ao processo de institucionalização de uma disciplina, ainda que com frequência seu caráter e sua composição experimentem mudanças à medida que o tamanho, conteúdo e complexidade da disciplina se transformam. Finalmente, e à medida que o desenvolvimento de ferramentas e problemas comuns é parte de um processo de institucionalização disciplinar, o surgimento de livros de referência sobre o tema é um claro indicador dessa institucionalização.

Evidentemente, os estudos do livro e da leitura nos dois países estão bastante distantes de cumprir todos esses requisitos. Seguem constituindo um tema específico (e com pouco prestígio) dentro das disciplinas já constituídas; encontram bem mais oportunidades de publicação em revistas e eventos consagrados a outros temas do que nos poucos espaços “autocentrados”; representam ainda poucas oportunidades de atuação profissional estável. Contudo, tais estudos no Brasil foram indiretamente beneficiados pelo estabelecimento da Comunicação como disciplina acadêmica – o que não ocorreu na Argentina, onde o ensino e a pesquisa em Editoração não têm ancoragem disciplinar tão definida. No Brasil, ainda que a Editoração permaneça como subárea pouco desenvolvida e pouco povoada dentro da tradição interdisciplinar da Comunicação, tal enraizamento contribuiu para garantir, principalmente a partir dos anos 1990, a continuidade dos esforços de institucionalização das atividades intelectuais dedicadas ao tema – tanto no ensino como na pesquisa.

De todo modo, essa diferença não parece suficiente para esclarecer realidades tão distintas. Salta aos olhos que os estudos do livro e da edição tenham logrado maior desenvolvimento no Brasil do que na Argentina, seja em seus aspectos institucionais, seja no âmbito da produção acadêmica propriamente dita. Desde a perspectiva comparada aqui proposta, a diversificação, o crescimento e a diferenciação das iniciativas brasileiras contrastam fortemente com o caráter concentrado e rarefeito das iniciativas acadêmicas argentinas. O que explicaria tal diferença, se considerarmos a rica tradição editorial do país vizinho, assim como seus expressivos índices de alfabetização, escolarização e leitura? A meu ver, dois fatores devem ser considerados.

O primeiro, de teor histórico, está relacionado ao desenvolvimento do sistema universitário nos dois países. Se bem o país vizinho tenha conseguido universalizar o acesso ao ensino superior e tenha experimentado, nos anos 1990, uma importante ampliação da oferta nas universidades nacionais, tais processos devem ser lidos à luz de esforços mais

amplios de recuperação, dado o desmantelamento do sistema universitário durante os períodos totalitários de sua história recente. No Brasil, o crescimento e desenvolvimento das universidades tiveram altos e baixos, mas mantiveram alguma regularidade no mesmo período, inclusive durante a Ditadura Militar. Note-se, também, que a interferência ideológica e a perseguição política foram bem mais fortes na Argentina, onde, além da censura aos conteúdos e da expulsão de professores, muitos cursos foram fechados. Isso explica o fato de que, ainda hoje, os esforços de consolidação e crescimento da produção intelectual no sistema universitário argentino ainda esbarrem na própria necessidade de retomar ações que foram enfraquecidas, ou mesmo interrompidas, nas décadas anteriores.

O segundo fator, de natureza metodológica, diz respeito ao “ajuste de escalas” necessário a um estudo desse tipo. Se, por um lado, o Brasil figura no mapa-múndi como território unificado política e linguisticamente, país de dimensões continentais e vasta população, relativamente isolado dos outros países de língua portuguesa, a Argentina – cuja população equivale a um quinto da população brasileira – e seu mundo intelectual tornam-se bem mais inteligíveis à luz das relações e dos fluxos que historicamente manteve com sua comunidade linguística. Afinal, os países de língua castelhana constantemente atuaram ora como âmbitos de concorrência simbólica e comercial ao livro argentino, ora como mercados consumidores de sua produção editorial, ora ainda como fornecedores de capitais ao mercado local (caso das muitas editoras mexicanas, colombianas e espanholas presentes em solo argentino). Disso derivam tanto a necessidade de olhar para fenômenos ocorridos para além de suas fronteiras, como a dificuldade de forjar uma historiografia do livro e da edição narrada em bases propriamente nacionais.

Por isso, para além das diferenças e semelhanças que a comparação entre os dois países é capaz de mostrar, ela explicita a relativa insuficiência do âmbito do Estado-nação para revelar processos sócio-históricos que constituem os campos intelectuais e os espaços editoriais latino-americanos. Outras escalas ajudam a equacionar a análise desses espaços. De um lado, a escala “local” permite dar inteligibilidade às disputas que operam nas “capitais editoriais” de cada país (que é onde acontecem muitas das iniciativas intelectuais aqui exploradas). No outro extremo, a escala “transnacional” dá conta dos fluxos e dos circuitos que conformam cada mercado linguístico e as relações mais amplas de uma “república mundial das letras” (CASANOVA, 2002). Além disso, o esforço da comparação esbarra na complexidade de operá-la de modo sincrônico: a despeito dos paralelismos que se possa encontrar entre a história social, econômica, política e cultural dos dois países, há

processos importantes que apenas se tornam comparáveis quando se operam deslizamentos temporais entre uma realidade e outra.

Por fim, é preciso marcar que uma análise mais detalhada desse universo exigiria olhar para outros âmbitos por meio dos quais a atividade editorial busca converter-se em atividade intelectual ou ao menos autorreflexiva: os congressos de editores e livreiros; as publicações periódicas das câmaras, sindicatos e associações do setor; a imprensa especializada em mercado editorial; as ofertas de formação técnica e instrumental em espaços extrauniversitários, bem como as iniciativas em nível de pós-graduação *lato sensu*; as dissertações e teses produzidas sobre o tema e não publicadas; os trabalhos publicados em periódicos acadêmicos; os livros publicados de maneira esparsa, fora das coleções temáticas; os grupos de pesquisa formais e os agrupamentos informais (colégios invisíveis, escolas, linhas, frações). É o conjunto desses âmbitos de produção de saberes sobre a edição, o livro e a leitura que vai configurando um léxico e uma sintaxe próprios desse universo – uma *instituição discursiva* (SALGADO, 2011).

Neste artigo, busquei apenas indicar algumas linhas a serem seguidas com o objetivo de compreender de que modo vão se configurando espaços sociais organizados em torno do livro e da edição, pensados por si mesmos e por outros espaços como conjuntos mais ou menos homogêneos e autônomos, condicionados pelos campos de poder *mas* dotados de alguma espessura própria. Estas são algumas das questões que busco explorar em minha pesquisa de doutorado, ainda em andamento, dedicada às mudanças do espaço editorial no Brasil e na Argentina desde a redemocratização.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

BLANCO, Alejandro. **Razón y modernidad**: Gino Germani y la sociología en la Argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BRAGANÇA, Aníbal (Org.). **Memorial do Núcleo de Pesquisa Produção Editorial**. São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/lead-producaoeditorial/files/2011/04/INTERCOM.Mem%C3%B3ria-do-NP-Produ%C3%A7%C3%A3o-Editorial-1994-2009.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. São Paulo: Editora FGV, 2009.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CERLALC. **El espacio iberoamericano del libro 2010**. Bogotá: CERLALC, 2010.

DE DIEGO, José Luis (Ed.). **Editores y políticas editoriales en Argentina: 1880-2000**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

GARCÍA, Eustasio A. Historia de la empresa editorial en Argentina – Siglo XX. In: BORDA, Juan Gustavo Cobo (Ed.). **Historia de las empresas editoriales de América Latina**. Bogotá: CERLALC, 2000. p 15-104.

GOBIERNO de la Ciudad de Buenos Aires. **Anuario 2010 – Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Observatorio de Industrias Creativas, 2010. Disponível em: <<http://cmd.gob.ar/sites/cmd/files/Anuario%20OIC%202010.pdf>>. Acesso em 2 dez. 2013.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SORÁ, Gustavo. Frankfurt y otras aduanas culturales entre Argentina y Brasil: Una aproximación etnográfica al mundo editorial. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 15, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2002000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2011.